

ENTREVISTA — PEDRO MAIA

presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público

União e inteligência para enfrentar o crime organizado

Ana Maria Campos

Eleito por aclamação para presidir o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG), o procurador-geral de Justiça da Bahia, Pedro Maia, assumiu o cargo em dezembro para um mandato de um ano à frente da entidade que reúne e representa os chefes dos Ministérios Públicos de todo o país. Em entrevista ao *Direito & Justiça*, Maia afirma que sua gestão terá três prioridades: combate ao crime organizado, desenvolvimento humano e social e sustentabilidade. O trabalho do CNPG é ajudar os MPs a se integrarem e focarem em colaboração para uma atuação conjunta diante dos problemas complexos do país.

Quais são as prioridades da sua gestão à frente do CNPG?

A minha gestão à frente do CNPG está estruturada em três eixos estratégicos complementares: segurança pública, desenvolvimento humano e sustentabilidade. Na segurança pública, a prioridade é fortalecer o enfrentamento qualificado ao crime organizado, com integração efetiva entre os Ministérios Públicos, compartilhamento de inteligência, atuação coordenada e foco na desarticulação das facções e milícias, inclusive, por meio da asfixia financeira e da responsabilização de lideranças. Isso inclui também a proteção da vítima e a retomada de territórios e espaços públicos dominados pela criminalidade. O eixo do desenvolvimento humano reconhece que segurança duradoura exige redução de desigualdades, fortalecimento de políticas públicas e defesa dos direitos fundamentais. O Ministério Público tem papel central na indução de soluções estruturais nas áreas de infância e juventude, educação, saúde, igualdade racial e de gênero, sempre colocando a vítima no centro do sistema de justiça, não apenas como destinatária da resposta penal, mas como sujeito de direitos. Já a sustentabilidade envolve a proteção do meio ambiente, o enfrentamento aos crimes ambientais e a defesa de um modelo de desenvolvimento que respeite limites ecológicos e sociais. O

Natural de Salvador, Pedro Maia, 45 anos, está há 21 anos na carreira no MP baiano. Ingressou no MP em 2004 e integrou a lista tripla para procurador-geral de Justiça como o mais votado nas últimas cinco eleições. Em Salvador, Maia coordenou o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (Gaesf) e o Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim). Também atuou no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), no Núcleo de Prisão em Flagrante e foi secretário-executivo do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira). Atualmente, é titular da Promotoria de Tóxicos de Salvador.

CNPNG pode liderar uma atuação nacional mais integrada nessa agenda, com impactos diretos na qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Esses três eixos se conectam por uma premissa clara: não há segurança sem desenvolvimento humano, nem desenvolvimento possível sem sustentabilidade.

Como o senhor avalia o momento atual do sistema de Justiça brasileiro?

Vivemos um momento de alta demanda social por respostas concretas, especialmente na área da segurança pública. O sistema de Justiça é chamado a atuar com firmeza, eficiência e celeridade, sem renunciar à legalidade, às garantias constitucionais e à proteção da vítima. Ao mesmo tempo, enfrentamos desafios relevantes, como a complexidade dos processos estruturais, a litigiosidade excessiva e a necessidade de modernização tecnológica. Esse contexto reforça a importância de uma justiça multiportas, capaz de combinar respostas penais, soluções consensuais e mecanismos adequados de resolução de conflitos. O Ministério Público tem papel central nesse modelo, atuando tanto na persecução penal qualificada quanto na indução de acordos e soluções estruturais, com foco em resultados efetivos, socialmente referenciados e sustentáveis.

Divulgação



“Os Gaecos se consolidaram como estruturas estratégicas, capazes de conduzir investigações complexas, deflagrar operações integradas, responsabilizar lideranças e promover a asfixia financeira das organizações criminosas”

Há espaço para aprimorar a atuação coordenada entre MP, Judiciário, Defensoria Pública e advocacia?

Há espaço e há necessidade. A coordenação interinstitucional não compromete a independência funcional; ao contrário, qualifica a resposta do sistema de justiça. Em temas como violência doméstica, infância e juventude, execução penal e crime organizado, a atuação articulada melhora a proteção da vítima, reduz retrabalho e aumenta a confiança da sociedade. A advocacia, a Defensoria e a magistratura são partes essenciais desse arranjo: um sistema de Justiça forte se constrói com diálogo institucional, respeito aos papéis constitucionais de cada um e cooperação estratégica.

O MP tem atuado de forma eficiente no enfrentamento ao crime organizado?

O Ministério Público tem avançado de forma consistente e obtido resultados expressivos no enfrentamento ao crime

organizado, especialmente por meio de grupos especializados, atuação integrada e cooperação permanente com as forças de segurança. Os Gaecos se consolidaram como estruturas estratégicas, capazes de conduzir investigações complexas, deflagrar operações integradas, responsabilizar lideranças e promover a asfixia financeira das organizações criminosas. Esse trabalho é potencializado pela articulação nacional promovida pelo Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), vinculado ao CNPG, que permite a integração de estratégias, o compartilhamento de inteligência e a coordenação de ações entre os Ministérios Públicos em todo o país. Ainda assim, o crime organizado é dinâmico, sofisticado e frequentemente transnacional. Por isso, eficiência não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de aprimoramento, que exige investimento permanente em inteligência, tecnologia, integração de dados, rastreamento patrimonial, proteção de vítimas e testemunhas e articulação com políticas de segurança pública e com o sistema prisional.